



Nota Técnica
Número 118 – dezembro 2012

Política de Valorização do Salário Mínimo:

Salário mínimo de 2013 será de R\$ 678,00

Salário mínimo de 2013 será de R\$ 678,00

A partir de 1º de janeiro de 2013, o valor do salário mínimo corresponderá a R\$ 678,00, o que representa um aumento de cerca de 9,00%, frente aos R\$ 622,00 em vigor durante 2012. O novo valor foi publicado em edição do Diário Oficial da União datada de 26 de dezembro, por meio do Decreto 7.872, de 26 de dezembro de 2012 e atende à aplicação da Política de Valorização de Salário Mínimo.

O reajuste definido para o salário mínimo corresponde à variação do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011, de 2,73%, mais a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que para o estabelecimento do valor foi estimada em 6,10%. O valor de R\$ 678,00 atende às regras da política de valorização de longo prazo do salário mínimo, que está definida na Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

A política de valorização

Em 2004, as Centrais Sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a campanha de valorização do salário mínimo. Nesta campanha, foram realizadas três marchas conjuntas em Brasília com o objetivo de fortalecer a opinião dos poderes Executivo e Legislativo acerca da importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo. Como resultados dessas marchas, o salário mínimo, em maio de 2005, passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00. Em abril de 2006, foi elevado para R\$ 350,00, e, em abril de 2007, corrigido para R\$ 380,00. Em março de 2008, o salário mínimo foi alterado para R\$ 415,00 e, em fevereiro de 2009, o valor ficou em R\$ 465,00. Em janeiro de 2010, o valor do piso salarial do país passou a R\$ 510,00, resultando em aumento real de 6,02%.

Também como resultado dessas negociações, foi acordado, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023. Essa política tem como critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de revisão - a cada ano - até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010. A política prevê que, em janeiro de 2013, o reajuste reponha a inflação segundo o INPC do período mais a variação do PIB de 2011. Como o crescimento do Produto Interno Bruto em 2011 foi, em dado ainda provisório, de 2,73%, a revisão do piso deverá incorporar esta variação mais a inflação medida pelo INPC.

O reajuste do salário mínimo desde 2002

Em 2002, o salário mínimo foi estabelecido em R\$ 200,00. Em 2003, o reajuste aplicado foi de 20,00%, para uma inflação acumulada de 18,54%, o que correspondeu a um aumento real de

1,23%. No ano seguinte, a elevação foi de 8,33%, enquanto o INPC acumulou 7,06%. Em 2005, o salário mínimo foi corrigido em 15,38%, contra uma inflação de 6,61%. Em 2006, a inflação foi de 3,21% e o reajuste ficou em 16,67%, com aumento real de 13,04%. Em abril de 2007, para um aumento do INPC entre maio/2006 e março/2007 de 3,30%, diante de uma variação de 8,57% no salário nominal, o aumento real do salário mínimo atingiu 5,1%. Em 2008, o salário mínimo foi reajustado, em fevereiro, em 9,21%, enquanto a inflação ficou em 4,98%, correspondendo a um aumento real de 4,03%. Com o valor de R\$ 465,00 em 1º de fevereiro de 2009, o ganho real entre 2008 e 2009 foi de 5,79%. Em 2010, com valor de R\$ 510,00, o ganho real acumulado no período atingiu 6,02%, resultante de uma variação nominal de 9,68%, contra inflação de 3,45%. Em 2011, embora a taxa de crescimento do PIB de 2009 tenha sido negativa, o piso registrou aumento real de 0,37% e finalmente, em 2012, com o repasse do crescimento de 7,5% do PIB de 2010 e feito o arredondamento de valor, o salário mínimo foi fixado em R\$ 622,00.

Com o valor de R\$ 678,00, a vigorar em janeiro próximo, o piso acumula um ganho real desde 2002 de 70,49%, como demonstrado na Tabela 1.

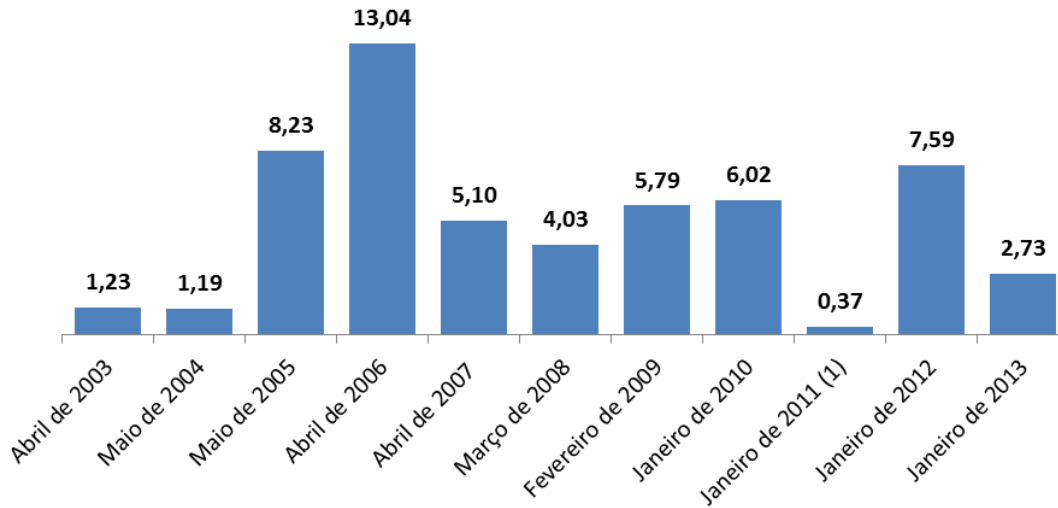
TABELA 1
Reajuste do Salário Mínimo 2003-2013

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,0	18,54	1,23
Maio de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Maio de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
Janeiro de 2011	545,00	6,86	6,47	0,37
Janeiro de 2012	622,00	14,13	6,08	7,59
Janeiro de 2013	678,00	9,00	6,10	2,73
Total período	-	239,00	98,85	70,49

Elaboração: DIEESE

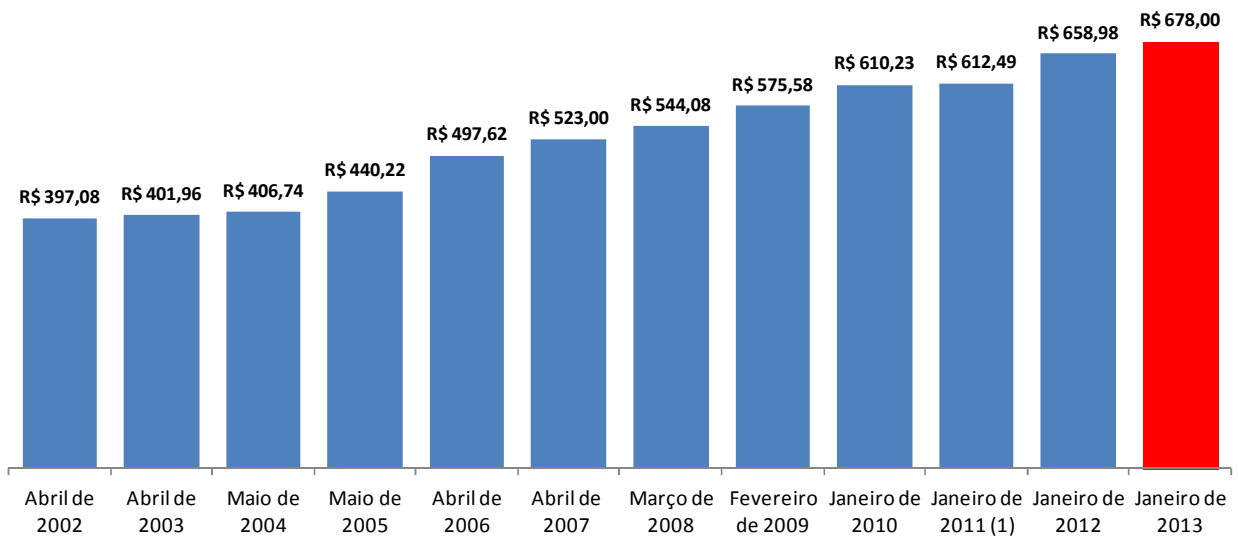
O Gráfico 1 mostra estes resultados para o salário mínimo nos anos recentes.

GRÁFICO 1
Aumentos Reais no Salário Mínimo em %
2003-2013



Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 2
Salário Mínimo em valores constantes de janeiro/2013



Elaboração: DIEESE

Impactos da elevação do salário mínimo na economia

Estima-se que:

- **45,5 milhões de pessoas** têm rendimento referenciado no salário mínimo.
- **R\$ 32,7 bilhões** será o incremento de renda na economia.
- **R\$ 15,9 bilhões** correspondem ao incremento na arrecadação tributária sobre o consumo.

TABELA 2
Impacto anual decorrente do aumento do salário mínimo em R\$ 56,00

Tipo	Número de Pessoas (mil)	Valor Adicional da Renda Anual - R\$ (b)	Arrecadação Tributária Adicional R\$ (c)
Beneficiários do INSS (a)	20.763	15.085.777.616	7.361.859.477
Empregados	12.603	9.175.144.888	4.477.470.705
Conta-própria	7.708	5.179.742.400	2.527.714.291
Trabalhadores Domésticos	4.246	3.091.011.560	1.508.413.641
Empregadores	202	146.928.600	71.701.157
Total	45.522	32.678.605.064	15.947.159.271

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011 (Tabela 4.22); Ministério da Previdência e Assistência Social. Boletim Estatístico da Previdência Social - setembro de 2012

Obs: (a) Refere-se ao impacto para trabalhadores, empregadores e beneficiários da Previdência Social que recebem até 1 salário mínimo;

(b) Considerando 13 remunerações/ano para beneficiários do INSS, empregados e trabalhadores domésticos;

(c) Considerando tributação média sobre consumo de 48,8 %. Este valor é indicado na publicação Ipea - Comunicado da Presidência nº 22, de 30/06/2009, como a carga incidente sobre a renda familiar até 2 SM

Importância do salário mínimo nas administrações públicas

No setor público, o número de trabalhadores que ganha até 1 salário mínimo é pouco expressivo nas administrações federal e estaduais. Nas administrações municipais, a participação destes trabalhadores é maior, especialmente na região Nordeste (Tabela 3). Quando se observa o impacto do aumento de 9,00% sobre o salário mínimo na massa de remuneração dos trabalhadores do setor público, verifica-se a mesma tendência: maior impacto nas administrações municipais no Nordeste e Norte (Tabela 4).

TABELA 3
Emprego no Setor Público por Faixa de Remuneração - Brasil e Grandes Regiões
(em %)

Região	Serviço Público Federal			
	Até R\$ 622,00	De R\$ 622,00 a R\$ 678,00	Mais de R\$ 678,00	Total ⁽¹⁾
Norte	2,62	0,65	92,72	100,00
Nordeste	1,89	0,30	94,81	100,00
Sudeste	1,79	0,28	93,04	100,00
Sul	1,20	0,13	95,48	100,00
Centro-Oeste	1,53	0,27	95,97	100,00
Total	1,73	0,29	94,55	100,00
Valor absoluto	17.307	2.944	946.683	1.001.225
Região	Serviço Público Estadual			
	Até R\$ 622,00	De R\$ 622,00 a R\$ 678,00	Mais de R\$ 678,00	Total ⁽¹⁾
Norte	5,62	2,31	87,16	100,00
Nordeste	7,35	3,44	86,15	100,00
Sudeste	5,13	0,71	90,77	100,00
Sul	0,90	1,25	96,60	100,00
Centro-Oeste	3,02	0,45	91,91	100,00
Total	4,98	1,61	90,06	100,00
Valor absoluto	164.563	53.162	2.974.303	3.302.474
Região	Serviço Público Municipal			
	Até R\$ 622,00	De R\$ 622,00 a R\$ 678,00	Mais de R\$ 678,00	Total ⁽¹⁾
Norte	19,89	6,34	68,67	100,00
Nordeste	26,06	5,99	63,81	100,00
Sudeste	6,99	3,16	86,51	100,00
Sul	4,22	2,91	89,74	100,00
Centro-Oeste	10,07	5,13	80,47	100,00
Total	14,04	4,45	77,72	100,00
Valor absoluto	744.857	236.104	4.123.157	5.305.149

Fonte: MTE. Rais 2011

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Inclui os vínculos sem informação de salário

TABELA 4
Brasil e Grandes Regiões
Impacto do Reajuste do SM para R\$ 678,00 na Folha Total

Região	Serviço Público Federal		
	Até R\$ 622,00	De R\$ 622,00 a R\$ 678,00	Total
Norte	0,06%	0,00%	0,06%
Nordeste	0,04%	0,00%	0,04%
Sudeste	0,04%	0,00%	0,05%
Sul	0,02%	0,00%	0,02%
Centro-Oeste	0,04%	0,00%	0,04%
Total	0,04%	0,00%	0,04%
Região	Serviço Público Estadual		
	Até R\$ 622,00	De R\$ 622,00 a R\$ 678,00	Total
Norte	0,26%	0,01%	0,27%
Nordeste	0,39%	0,04%	0,43%
Sudeste	0,48%	0,01%	0,48%
Sul	0,04%	0,01%	0,05%
Centro-Oeste	0,10%	0,00%	0,10%
Total	0,32%	0,01%	0,33%
Região	Serviço Público Municipal		
	Até R\$ 622,00	De R\$ 622,00 a R\$ 678,00	Total
Norte	1,84%	0,13%	1,96%
Nordeste	2,92%	0,13%	3,06%
Sudeste	0,46%	0,04%	0,50%
Sul	0,27%	0,04%	0,31%
Centro-Oeste	0,78%	0,09%	0,86%
Total	1,12%	0,07%	1,19%

Fonte: MTE. Rais 2011
 Elaboração: DIEESE

Impacto do aumento nas contas da Previdência

- O peso relativo da massa de benefícios equivalentes a 1 salário mínimo é de **48,5%** e corresponde a **69,6%** do total de beneficiários.
- O acréscimo de cada R\$ 1,00 no salário mínimo tem um impacto estimado de **R\$ 269,4 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da Previdência Social**.
- Assim, o impacto do aumento para **R\$ 678,00 (variação de R\$ 56,00)** significará custo adicional ao ano de cerca de **R\$ 15,0 bilhões**.

Distribuição dos ocupados que recebem salário mínimo nas regiões

A distribuição dos ocupados por faixa de salário mínimo nas diversas regiões brasileiras pode ser vista na Tabela 5:

TABELA 5
Distribuição % dos ocupados, por faixas de rendimento em todos os trabalhos
Brasil e Grandes Regiões, 2011

Regiões	Com rendimento até 2 S.M.			Mais de 2 S.M.	Total Absoluto (mil pessoas)
	Até 1 S.M.	Mais de 1 a 2 S.M.	Total		
Norte	41,3	34,3	75,6	24,4	6.169
Nordeste	55,9	27,5	83,4	16,6	19.534
Sudeste	19,5	41,0	60,4	39,6	36.977
Sul	18,8	41,6	60,4	39,6	13.335
Centro-Oeste	23,0	37,5	60,5	37,4	6.937
Brasil	29,8	37,3	67,1	32,9	82.953

Fonte: IBGE. PNAD 2011

Elaboração: DIEESE

Obs: Excluídas as pessoas que recebiam somente em benefícios ou sem declaração de rendimento do trabalho principal

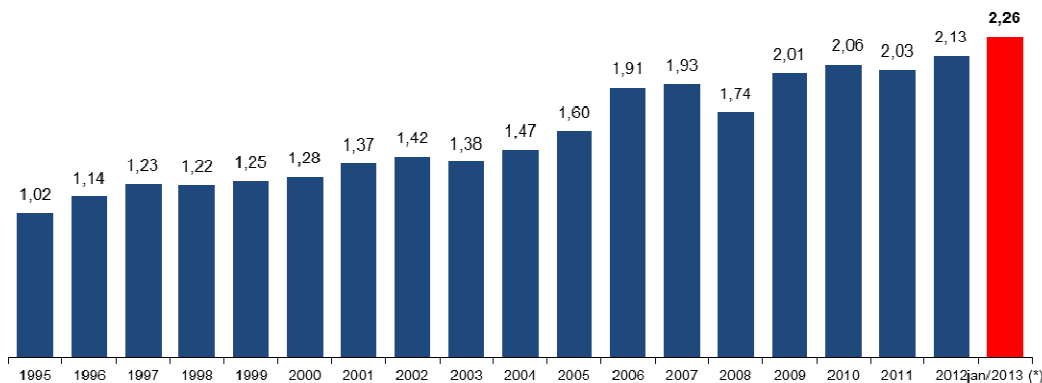
Relação entre salário mínimo e cesta básica

Com o valor do salário mínimo em R\$ 678,00 e a cesta básica de janeiro estimada em R\$ 300,00, o salário mínimo terá então um poder de compra equivalente a 2,26 cestas básicas (cesta básica calculada pelo DIEESE, para indicar o valor do Salário Mínimo Necessário).

Na série histórica da relação entre as médias do salário mínimo anual e da cesta básica anual verifica-se que:

- **A quantidade de 2,26 Cestas Básicas é a maior registrada desde 1979.**

GRÁFICO 3
Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo



Fonte: DIEESE

Nota: * estimativa para janeiro/2013

TABELA 6
Quantidade de cestas básicas adquiridas
com um salário mínimo São Paulo -1995-2012

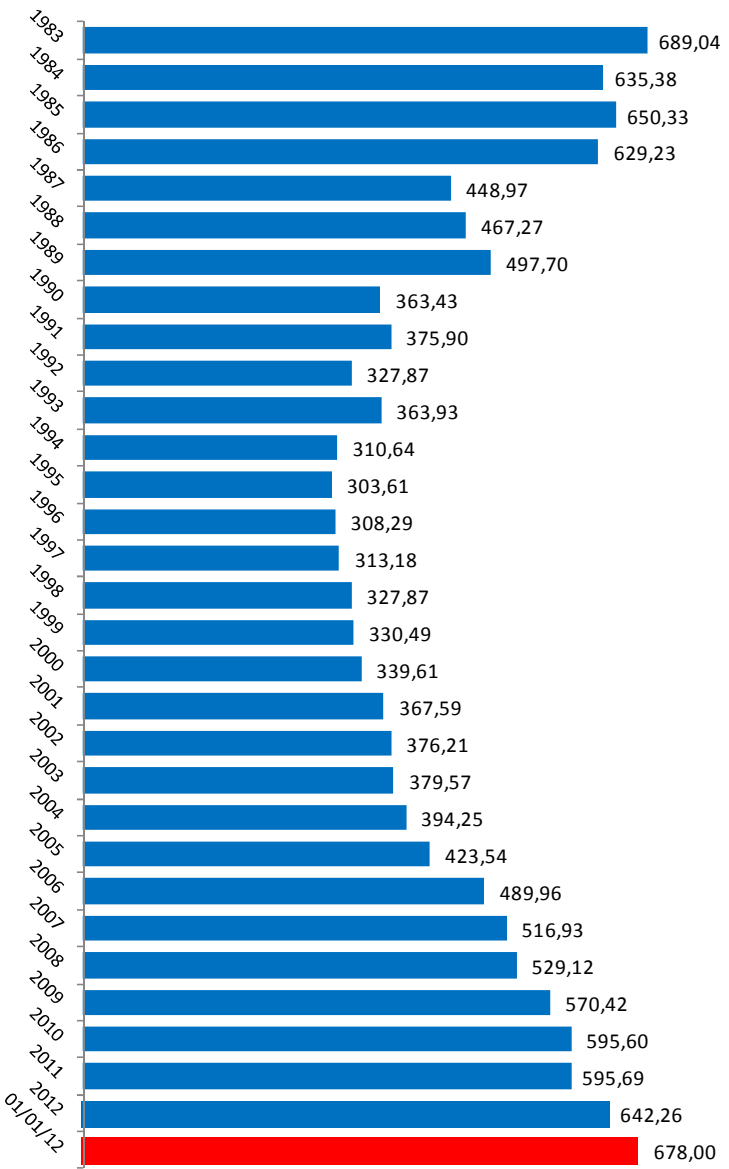
Ano ⁽¹⁾	Relação Salário Mínimo / Cesta Básica
1995	1,02
1996	1,14
1997	1,23
1998	1,22
1999	1,25
2000	1,28
2001	1,37
2002	1,42
2003	1,38
2004	1,47
2005	1,60
2006	1,91
2007	1,93
2008	1,74
2009	2,01
2010	2,06
2011	2,03
2012	2,13
jan/2013 (*)	2,26

Fonte: DIEESE

Nota: 1) médias anuais da cesta básica de São Paulo e salário mínimo

Considerando a série histórica do salário mínimo e trazendo os valores médios anuais para reais de 1º de janeiro de 2013 (deflacionados por projeção do ICV- estrato inferior), o valor de R\$ 678,00, em 1º de janeiro de 2013, será o maior valor real da série das médias anuais desde 1984.

GRÁFICO 4
Salário Mínimo Real Médio Anual em R\$ de 01/01/2013



Elaboração: DIEESE

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidenta: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Secretário: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Neiva Maria Ribeiro dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: José Bittencourt Barreto Filho

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Nelson Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe técnica

Ilmar Ferreira Silva

José Silvestre Prado de Oliveira (revisão técnica)

Iara Heger (revisão de texto)